



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 266951-8**

**Agravante:** Maria de Fátima dos Santos

**Advogada:** Daniele Victor Marcucci

**Agravado:** Município de Camaragibe

**Advogado:** Clélio Pessoa de Carvalho

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. NATUREZA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. INAPLICABILIDADE DA CLT. INEXISTENCIA DE DIREITO AO RECOLHIMENTO DO FGTS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Observa-se que o regime jurídico que regula a relação funcional acordada entre a contratada e a Administração Pública por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público deve ser estabelecido em lei e que, seja qual for o conjunto de direitos, deveres e responsabilidades firmadas, esta relação será sempre de direito público, disciplinada, portanto, pelas regras e princípios do direito administrativo.

2 - Consta, às fls.52/65, os instrumentos de contratos temporários firmados pela agravante e pelo Município recorrido antes do advento da Lei Municipal nº 353/2007, os quais foram confeccionados sob a égide das leis nº Lei 8.745/93, nº 004/1997, nº 131/2002, nº 242/05 e Lei Orgânica do Município de Camaragibe, conforme destacado na sentença recorrida, de forma que inexistem dúvidas a respeito do caráter estatutário da referida contratação, o que afasta qualquer pretensão da agravante que tenha como fundamento a CLT, pois se está diante de contratos de natureza administrativa, não havendo, pois, como se reconhecer o direito ao FGTS, nem de qualquer outro direito ou verba fundamentada na CLT.

3- No que tange ao entendimento proferido no RE nº 596.478-7, o mesmo não se aplica à presente questão. Isso porque o referido Recurso Extraordinário trata da

5



**Poder Judiciário**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

hipótese de servidores admitidos sem concurso público, o que não condiz com o presente caso, que trata de servidores contratados por meio de contrato temporário de excepcional interesse público, de natureza administrativa.

4- Recurso improvido à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 266951-8, em que figura como agravante Maria de Fátima dos Santos e como agravado Município de Camaragibe.

Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 27/03/2013, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negar-lhe provimento, tudo na conformidade dos Votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 27/03/2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 266951-8**

**Agravante:** Maria de Fátima dos Santos

**Advogada:** Daniele Victor Marcucci

**Agravado:** Município de Camaragibe

**Advogado:** Clélio Pessoa de Carvalho

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de agravo interposto contra decisão que, com base no art. 557, *caput* do CPC, negou seguimento ao apelo, mantendo a sentença de improcedência, que afastou a pretensão da autora de perceber os valores supostamente devidos a título de FGTS, em decorrência do vínculo de contrato temporário com o Município de Camaragibe, na qualidade de Agente Comunitária de Saúde.

Em suas razões recursais, a agravante sustentou, em breve síntese, que o FGTS não tem natureza indenizatória, pelo que seria devido o seu pagamento como contraprestação dos trabalhos prestados.

Acrescenta mais que o STF decidiu, recentemente, que os servidores admitidos sem concurso público têm direito ao pagamento do FGTS, mesmo que seja o contrato nulo ou sujeito a regime jurídico híbrido.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento desta Segunda Câmara de Direito Público.  
É o relatório.

Recife, 27/03/2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



182

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 266951-8**

**Agravante:** Maria de Fátima dos Santos

**Advogada:** Daniele Victor Marcucci

**Agravado:** Município de Camaragibe

**Advogado:** Clélio Pessoa de Carvalho

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Trata-se, como visto, de recurso de agravo interposto contra decisão que, com base no art. 557, *caput* do CPC, negou seguimento ao apelo, mantendo a sentença de improcedência, que afastou a pretensão da autora de perceber os valores supostamente devidos a título de FGTS, em decorrência do vínculo de contrato temporário com o Município de Camaragibe, na qualidade de Agente Comunitária de Saúde.

Em que pesem os argumentos jurídicos declinados nas razões recursais, entendo que não merece prosperar a tese trazida pelo Recorrente, senão vejamos.

O cerne da questão está em saber se a autora/agravante, admitida pelo Município mediante contrato temporário, teria direito à verba relativa ao FGTS.

O pedido da recorrente funda-se, basicamente, no reconhecimento do vínculo celetista do cargo de Agente Comunitário da Saúde no período anterior a 27/06/2008, data em que houve anotação da carteira da agravante, passando a ser regida pelo regime estatutário, nos termos da Lei Municipal nº 353/2007.

Na inicial, a autora relata que iniciou suas atividades laborativas para o Município em 01/06/2002, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde.

No caso em apreço, o pedido deduzido na inicial limita-se à condenação do Município-réu ao recolhimento do FGTS da autora no período compreendido entre 01/06/2002 a 27/06/2008.

Segundo o Município agravado, a contratação da recorrente foi realizada de acordo com o estatuído na Lei Municipal nº 242/2005, na Lei Orgânica do Município e no art. 37, IX da CF/88, oportunidade em que destaca o caráter jurídico-administrativo do vínculo, excluindo-se qualquer possibilidade de vínculo trabalhista com a Administração Direta ou Indireta municipal.



**Poder Judiciário**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

De início, ressalto que a Constituição Federal de 1988 prevê as formas de ingresso definitivo no serviço público dispondo, em seu art. 37, II, que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Como exceção a essa regra, prevê, no inciso IX do mesmo preceito, que a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Assim, observa-se que o regime jurídico que regula a relação funcional acordada entre a contratada e a Administração Pública por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público deve ser estabelecido em lei e que, seja qual for o conjunto de direitos, deveres e responsabilidades firmadas, esta relação será sempre de direito público, disciplinada, portanto, pelas regras e princípios do direito administrativo.

Ademais, consta, às fls.52/65, os instrumentos de contratos temporários firmados pela agravante e pelo Município recorrido antes do advento da Lei Municipal nº 353/2007, os quais foram confeccionados sob a égide das leis nº Lei 8.745/93, nº 004/1997, nº 131/2002, nº 242/05 e Lei Orgânica do Município de Camaragibe, conforme destacado na sentença recorrida, de forma que inexistem dúvidas a respeito do caráter estatutário da referida contratação, o que afasta qualquer pretensão da agravante que tenha como fundamento a CLT, pois se está diante de contratos de natureza administrativa, não havendo, pois, como se reconhecer o direito ao FGTS, nem de qualquer outro direito ou verba fundamentada na CLT.

Neste sentido:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. NATUREZA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. INAPLICABILIDADE DA CLT. INEXISTENCIA DE DIREITO AO RECOLHIMENTO DO FGTS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1.Os contratos celebrados em regime temporário submetem-se a regime específico e tem natureza administrativa, sendo indevido o recebimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por ausência de previsão legal. 2. As contratações temporárias, regularmente autorizadas



Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

descaracterizam a relação de emprego entre as partes, porquanto a Administração pode, discricionariamente, diante de necessidade e conveniência, contratar de forma emergencial, não havendo nenhuma estabilidade no cargo e sem aplicação dos direitos reconhecidos na esfera trabalhista, como, por exemplo, o FTGS. 3. Recurso improvido. 4. Decisão unânime.<sup>1</sup>

APELAÇÃO CÍVEL CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO TERMINATIVA. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECEBIDO COMO RECURSO DE AGRAVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. INVIABILIDADE DA FRUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVISTOS APENAS NA CLT. 1. O Juízo de 1º grau incorreu em erro ao declarar nula a contratação do servidor, ante a ausência de aprovação em concurso público, já que não observou que não é caso de contratação pelo regime celetista, mas sim de contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme se depreende da documentação acostada aos autos. 2. Afastada a condenação ao pagamento do saldo de FGTS de todo o período trabalhado, uma vez que a apelada/agravante era regida pelo regime estatutário, não detentora de direitos celetistas, precedentes do STJ e TJPE. Recurso não provido.<sup>2</sup>

Por outro lado, no que tange ao entendimento proferido no RE nº 596.478-7, destaco que o mesmo não se aplica à presente questão. Isso porque o referido Recurso Extraordinário trata da hipótese de servidores admitidos sem concurso público, o que não condiz com o presente caso, que trata de servidores contratados por meio de contrato temporário de excepcional interesse público, de natureza administrativa.

Diante do exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, para manter incólume a decisão hostilizada, por seus próprios fundamentos.

É o voto.

Recife, 27/03/2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**

<sup>1</sup> TJPE, 0001183-68.2009.8.17.1480. Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo. Data de julgamento: 03/11/2011. Oitava Câmara Cível. Publicação: 208/11.

<sup>2</sup> RA 2460017. Relator: Luiz Carlos Figueiredo. Data de julgamento: 22/11/2011. Sétima Câmara Cível. Data de publicação: 221/2011.